

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

JEFERSON MONTENEGRO

**OS ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS COMO FONTES PARA A PESQUISA
GENEALÓGICA NO VALE DO RIO DOS SINOS NO RIO GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE

2012

JEFERSON MONTENEGRO

**OS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS COMO FONTES PARA A PESQUISA
GENEALÓGICA NO VALE DO RIO DOS SINOS NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação. Realizado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia pelo Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Ana Regina Berwanger

PORTO ALEGRE

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto
Vice Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Esp. Ricardo Schneiders da Silva
Vice-diretora: Prof^a. Dr^a. Regina Van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Moura
Vice-substituta: Prof^a. Dr^a. Helen Rozados

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Coordenador Substituto: Prof. Esp. Jorge Eduardo Enriquez Vívar

CIP. Brasil. Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação

M777a Montenegro, Jeferson

Os Arquivos Eclesiásticos como Fontes para a Pesquisa
Genealógica no Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul /
Jeferson Montenegro. -- 2012.
59 f.

Orientadora: Ana Regina Berwanger.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre,
2012.

1. arquivos eclesiásticos. 2. arquivos luteranos. 3. arquivos
católicos. 4. genealogia. 5. fontes de informação. I. Universidade Federal
do Rio Grande do Sul. II. Berwanger, Ana Regina. III. Título.

CDU 930.253

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705, sala 508
CEP: 90.035-007 - Porto Alegre/RS
Tel: (51) 33085336
E-mail: dci@ufrgs.br

JEFERSON MONTENEGRO

**OS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS COMO FONTES PARA A PESQUISA
GENEALÓGICA NO VALE DO RIO DOS SINOS NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, realizado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia pelo Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora:

.....
Prof^a. Esp. Ana Regina Berwanger

.....
Prof^a. Dr^a. Lizete Dias de Oliveira

.....
Prof^a. M^a. Rita de Cássia Portela da Silva

Conceito: A

Porto Alegre, 27 de junho de 2012.

RESUMO

O trabalho ressalta a importância dos arquivos eclesiásticos como grandes fontes de informação para diversas áreas do conhecimento como História, Medicina, Genealogia, entre outros. Trabalho este voltado para a área da Genealogia, que é o estudo dos ancestrais, tais arquivos paroquiais são fontes primárias para a reconstituição da árvore genealógica. Porém, tais pesquisas genealógicas encontram certas dificuldades para acessar os arquivos eclesiásticos, sejam por motivos de restrição de acesso, falta de organização do acervo, descaso com a documentação, entre outros. Portanto realizou-se uma pesquisa em três paróquias Católicas e três paróquias Luteranas fundadas desde a imigração alemã em 1824 no Vale do Rio dos Sinos para abordar a qualidade dos registros, acesso ao acervo e a documentação disponível para a pesquisa genealógica.

Palavras-chave: arquivos eclesiásticos. arquivos luteranos. arquivos católicos. genealogia. fontes de informação.

INHALT

Die Arbeit unterstreicht die Bedeutung der kirchlichen Archive als wichtige Informationsquelle für viele Bereiche des Wissens als Geschichte, Medizin, Genealogie, unter anderem. Diese Arbeit auf dem Gebiet der Genealogie konzentriert, ist die Untersuchung von Vorfahren wie Pfarrarchiv sind primäre Quellen für die Rekonstruktion der Genealogie Baum. Aber solche genealogischen Forschung sind gewisse Schwierigkeiten beim Zugang zu den kirchlichen Archiven, ob aus Gründen der Beschränkung des Zugangs, der Mangel an Organisation der Sammlung, Vernachlässigung der Dokumentation, unter anderem. Deshalb haben wir eine Umfrage in drei katholischen Pfarreien und drei lutherischen Gemeinden aus der deutschen Einwanderung im Jahr 1824 in River Valley of the Bells gegründet, um die Qualität der Datensätze, den Zugriff auf die Sammlung und Dokumentation zur Verfügung für die genealogische Forschung zu vergleichen.

Schlüsselwörter: kirchliche archive. lutheraner-dateien. katholiken-dateien. genealogie. quellen.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 ENTENDENDO OS ARQUIVOS ECLESIASTICOS	10
1.1 Conceitos de Arquivos	10
1.2 Conceitos de Documentos de Arquivo	13
1.3 Os Princípios da Arquivologia	14
1.4 Fontes Primárias e Secundárias	17
1.5 O Que São Arquivos Eclesiásticos	18
2 O QUE É GENEALOGIA	22
2.1 Como Elaborar uma Árvore Genealógica	22
2.2 A Genealogia e a Informática	23
2.3 Os Arquivos Eclesiásticos para a Pesquisa Genealógica	24
3 AS IGREJAS CATÓLICAS E LUTERANAS NO VALE DOS SINOS	26
3.1 A Paróquia Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo	27
3.2 A Paróquia Nossa Senhora da Piedade em Novo Hamburgo	27
3.3 A Paróquia de São Miguel em Dois Irmãos	28
3.4 A Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em São Leopoldo	29
3.5 A Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Novo Hamburgo	29
3.6 A Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Dois Irmãos	29
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
4.1 Os Arquivos Nas Paróquias.....	31
4.2 Atendimento ao Usuário	32
4.3 Acesso ao Acervo	34
4.4 Impressões Quanto aos Acervos Paroquiais	35
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	44

ANEXO A – PRIMEIRO REGISTRO DE BATISMO CATÓLICO EM SÃO LEOPOLDO	47
ANEXO B – PRIMEIRO REGISTRO DE CASAMENTO CATÓLICO EM SÃO LEOPOLDO	48
ANEXO C – PRIMEIRO REGISTRO DE ÓBITO CATÓLICO EM SÃO LEOPOLDO	49
ANEXO D – PRIMEIRO REGISTRO DE BATISMO CATÓLICO EM NOVO HAMBURGO	50
ANEXO E – PRIMEIRO REGISTRO DE CASAMENTO CATÓLICO EM NOVO HAMBURGO	51
ANEXO F – PRIMEIRO REGISTRO DE ÓBITO CATÓLICO EM NOVO HAMBURGO	52
ANEXO G – PRIMEIRO REGISTRO DE BATISMO CATÓLICO EM DOIS IRMÃOS	53
ANEXO H – PRIMEIRO REGISTRO DE CASAMENTO CATÓLICO EM DOIS IRMÃOS	54
ANEXO I – PRIMEIRO REGISTRO DE ÓBITO CATÓLICO EM DOIS IRMÃOS ..	55
ANEXO J – PRIMEIRO REGISTRO DE BATISMO EVANGÉLICO EM SÃO LEOPOLDO	56
ANEXO K – PRIMEIRO REGISTRO DE CASAMENTO EVANGÉLICO EM SÃO LEOPOLDO	57
ANEXO L – PRIMEIRO REGISTRO DE ÓBITOS EVANGÉLICO EM SÃO LEOPOLDO	58
ANEXO M – PRIMEIRO LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM SÃO LEOPOLDO	59

INTRODUÇÃO

Os arquivos eclesiásticos tanto da Igreja Católica como da Igreja Luterana têm sido grandes fontes de pesquisa para as diversas áreas do conhecimento como História, Medicina, Genealogia, entre outros.

Voltando-se para a área da Genealogia, que trata da pesquisa de ancestrais, os arquivos eclesiásticos são fontes básicas para este trabalho. Como no caso do Rio Grande do Sul, um estado multi-étnico, onde a imigração alemã, italiana, polonesa e de outros países a partir do séc. XIX, fizeram com que protestantes e católicos produzissem em grande escala estes registros eclesiásticos, sendo uma das mais ricas fontes de informação para a pesquisa genealógica.

Portanto, atualmente para realizar a pesquisa genealógica, o genealogista se vê obrigado a recorrer a estes arquivos eclesiásticos para traçar a sua linhagem ascendente e lateral.

Porém, a pesquisa vem enfrentando diversas dificuldades em acessar arquivos, tanto da Igreja Católica como da Igreja Luterana, pois muitos registros ainda não estão disponíveis para consulta e se estão, encontram-se apenas sob forma de livros de registros, muitas vezes sem acesso direto ao documento original ou cópia. Alguns arquivos eclesiásticos sequer estão recebendo tratamento arquivístico.

Ao utilizar estes arquivos eclesiásticos alguns deles são de uso restrito, sem permissão de acesso o que dificulta grandemente a pesquisa, por serem documentos únicos. Seus dados não são encontrados facilmente em outras fontes e a pesquisa fica comprometida.

Nos Arquivos de Igrejas Luteranas normalmente o acesso é restrito e é pouco disponibilizado em meios eletrônicos ou para consultas locais. Os Arquivos da

Igreja Católica normalmente são disponibilizados tanto em consultas locais como na internet, mas ainda há muito o que disponibilizar.

Além destas dificuldades, os próprios genealogistas criam obstáculos em relação às fontes de dados oriundas dos arquivos eclesiásticos. Como está-se tornando comum esta prática de pesquisa genealógica entre os cidadãos e o uso da internet como ferramenta de divulgação desta pesquisa, simplesmente os genealogistas não têm procurado ao publicar seus dados pesquisados na internet com a informação da fonte que originou a pesquisa, comprometendo seriamente a credibilidade da informação postada.

Como tornar os arquivos eclesiásticos disponíveis para consulta? Como construir uma árvore genealógica utilizando os arquivos eclesiásticos? Como fazer com que os genealogistas ao publicarem seus dados extraídos dos registros eclesiásticos, informem a fonte dos mesmos?

Portanto, o objetivo geral da investigação, vem a demonstrar a utilização dos arquivos eclesiásticos como fonte de dados para a pesquisa genealógica.

Os objetivos específicos são:

- a) Definir o que são arquivos eclesiásticos e quando surgiram no Rio Grande do Sul;
- b) Identificar alguns arquivos eclesiásticos na região do Vale do Rio dos Sinos no Estado do Rio Grande do Sul;
- c) Argumentar a importância dos arquivos eclesiásticos para a pesquisa genealógica;
- d) Propor o registro da fonte da informação em cada pesquisa genealógica;
- e) Comparar a qualidade de acesso dos arquivos eclesiásticos entre a Igreja Católica e Luterana.

Partindo de tais objetivos, leva-se as seguintes hipóteses:

- a) É desejável tornar disponíveis os arquivos eclesiásticos para consulta nas paróquias locais;
- b) Pode-se afirmar que através dos arquivos eclesiásticos é possível reconstituir a árvore genealógica de uma família;
- c) Conscientizar os genealogistas da inclusão, em suas publicações, das

fontes que originaram suas pesquisas.

O trabalho foi realizado em duas etapas, a primeira delas, voltada para a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, baseado em pesquisa de natureza exploratória.

Na segunda parte do trabalho, realizado um estudo de caso em dois grandes arquivos eclesiásticos existentes na região do Vale dos Sinos, os da Igreja Católica e da Igreja Luterana como fonte de dados para a pesquisa genealógica.

A pesquisa foi realizada com os arquivos eclesiásticos existentes da Igreja Católica nas cidades de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Dois irmãos, e da Igreja Luterana, também nestas cidades da região do Vale dos Sinos.

A coleta de dados para a pesquisa ocorreu por meio de visitas, entrevistas e levantamento documental dos arquivos eclesiásticos.

A análise de dados foi realizada por meio de um estudo qualitativo, já que envolve questões de subjetividade, realidades múltiplas e interpretação dos dados coletados.

1 ENTENDENDO OS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS

Este capítulo de referencial teórico abordará os conceitos de arquivos, documentos de arquivos, quais são as fontes primárias e secundárias para a pesquisa e o que são arquivos eclesiásticos.

1.1 Conceitos de Arquivos

Quando lemos a palavra “arquivo” logo pensamos em uma estante ou uma gaveta para guardar documentos ou uma sala onde são depositados ou então documentos velhos que poderiam ser lançados fora. Mas “arquivo” é mais do que isto, são:

[...] documentos produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte e, subseqüentemente, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para sua própria informação (JENKINSON apud CASTRO, 1988).

O Arquivista Schellenberg (apud CASTRO,1988), define o termo “arquivo” como:

[...] os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente.

Portanto, os arquivos cumprem uma função importantíssima, tanto para servir a administração seja ela pública ou privada, como prova jurídica e fiscal, e até mesmo como história e fonte de pesquisa.

Além de guardar e conservar a documentação produzida durante seus atos administrativos, ela também permite a sua utilização e acesso aos documentos pelos seus usuários.

Os arquivos podem ser classificados da seguinte forma:

a) quanto à sua extensão:

Os arquivos são divididos em arquivos setoriais ou arquivos gerais, Castro

(1998), define que:

Quando há descentralização dos serviços de um órgão, isto é, quando existem núcleos ou departamentos de vida independente em uma entidade, encontramos, então no órgão principal, o Arquivo Geral que recolhe a documentação dos Arquivos Setoriais. Quando há centralização dos serviços, teremos só um Protocolo e um Arquivo, não existindo, portanto, os Arquivos Setoriais.

b) quanto à sua frequência de uso:

Os estágios de evolução ou frequência de uso como são conhecidos os arquivos, são divididos em três fases: corrente, intermediário e permanente.

Os *arquivos correntes* são formados pelos documentos vinculados aos fins imediatos para os quais foram criados. São consultados frequentemente e se conservam nas repartições que os produziram e os receberam. Também conhecidos como arquivos de primeira idade ou ativos. Para Castro (1998) os arquivos correntes “são conservados pela administração e somente o pessoal dessa administração tem competência sobre o seu trato, classificação e utilização”.

Os *arquivos intermediários* são constituídos por documentos originários dos arquivos correntes que perderam parte do seu uso, mas ainda são consultados eventualmente pelo órgão de origem. Geralmente a documentação de cunho intermediário ainda é preservada em local próximo à administração produtora. Nessa fase, os documentos são objeto de tratamento específico e que especificarão quais documentos deverão alcançar a categoria de históricos e de conservação permanente e quais serão eliminados. Também são conhecidos como arquivos semiativo ou de segunda idade. Para Castro (1998) os arquivos intermediários “saem do domínio exclusivo da administração que os produziu e tornam-se passivos de ação comum desta e da Administração de Arquivos (Arquivos Intermediários e Permanentes), permanecendo a propriedade exclusiva da primeira”.

Os *arquivos permanentes* são constituídos de documentos que perderam todo valor de natureza administrativa e que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental. Estes documentos são arquivados de forma definitiva, também são conhecidos como arquivos da terceira idade ou históricos. Para Castro (1998) os arquivos históricos “são de competência exclusiva da Administração dos Arquivos (Arquivos Históricos ou Permanentes)”.

c) quanto às agências criadoras:

Os arquivos podem ser classificados como públicos ou privados.

São considerados arquivos públicos segundo o art. 7 da Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991:

Art. 7º Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

São considerados arquivos privados segundo os arts. 11 e 12 da mesma lei:

Art. 11. Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Nestes arquivos privados encontramos os arquivos eclesiásticos os quais veremos na próxima seção.

d) quanto ao acesso:

Quanto ao acesso os arquivos podem ser franqueados, restrito ou confidenciais. Castro (1998), explica melhor o assunto:

Quando falamos em acessibilidade só estamos nos referindo aos Arquivos de terceira idade ou Arquivos Permanentes, porquanto na primeira e na segunda idades os Arquivos só podem ser utilizados e consultados pelas próprias administrações que os criaram. Na terceira idade, os Arquivos Permanentes são franqueados ao público, de uso restrito ou confidenciais. [...] Os Arquivos de uso restrito são os Arquivos militares e os que preservam a segurança nacional. Os Arquivos confidenciais são os Arquivos do Ministério das Relações Exteriores, que podem ser consultados por pessoas credenciadas.

e) quanto ao formato:

O formato dos documentos estão relacionados as características externas. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), são “conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento.” Tais formatos podem ser em código, livro, tomo, entre outros.

1.2 Conceitos de Documentos de Arquivo

Para Castro (1998), documento de arquivo “é todo material recebido ou produzido por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivado e conservado por si e seus sucessores para efeitos futuros.”

Para Bernardes (1998), os documentos de arquivo:

É todo o registro de informação original, único e autêntico, que resulta da acumulação em processo natural por uma entidade produtora no exercício de suas competências, funções e atividades, independentemente de seu suporte ser o papel, o filme, a fita magnética, o disco ótico ou qualquer outro.

Para caracterizar um documento de arquivo (CASTRO, 1998, p. 40) são necessários observar quatro elementos fundamentais: a) a criação e recepção por uma entidade, ou seja, a produção documental por esta entidade; b) a prova de transações passadas, os documentos provam os trabalhos executados na entidade; c) o caráter orgânico, ou seja, o que une um documento ao outro formando um conjunto; d) que seja dotado de unicidade, que seja único.

Tais documentos de arquivo são classificados quanto ao seu gênero, espécie e natureza do assunto, o qual veremos abaixo:

a) quanto ao gênero:

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) é muito claro quanto ao gênero, pois explica que:

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus

caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais.

b) quanto à espécie:

A espécie documental nada mais é do que “a configuração que um documento assume de acordo com a disposição e a natureza de sua informação” (BELLOTTO, 2002, p. 27). Ela pode ser uma certidão, uma ata, uma bula papal, lei, decreto, entre outros.

c) quanto à natureza do assunto:

Quanto ao acesso os arquivos podem ser ostensivos ou sigilosos.

Os documentos ostensivos são aqueles cuja divulgação das informações ali contidas não prejudiquem a administração.

Os documentos sigilosos são aqueles considerados pelo art. 2º do Decreto 4.553 de 27 de dezembro de 2002, como:

São considerados originariamente sigilosos, e serão como tal classificados, dados ou informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possa acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Parágrafo único. O acesso a dados ou informações sigilosos é restrito e condicionado à necessidade de conhecer.

Ainda assim são sub-classificados como: a) ultra-secretos, de excepcional segurança; b) secretos, somente as pessoas ligadas ao manuseio; c) confidenciais, seu conhecimento somente para pessoas autorizadas; e d) reservados, que não devem ser de conhecimento público.

1.3 Os Princípios da Arquivologia

Na arquivística¹ existem três princípios que norteiam o fundamento da

1 Para PAES (1997, pag. 24) arquivística são “princípios e técnicas a serem observados na constituição, organização, desenvolvimento e utilização dos arquivos.”

disciplina, eles são: o princípio da territorialidade, o princípio da proveniência e a teoria das três idades, abordaremos os dois primeiros, o qual veremos a seguir:

a) O Princípio da Proveniência:

O princípio da proveniência traz a ideia de que não se deve misturar os documentos de arquivos de proveniências, instituições, entidades diferentes e que devem ser conservados segundo a sua ordem primitiva. Portanto, tais arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a respectiva individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados a outros de origem distinta.

O princípio da proveniência está dividido em dois graus:

– O primeiro grau do princípio da proveniência considera o fundo de arquivo como uma entidade distinta, ela se torna essencial para que os documentos conservem sua plena utilidade. Conforme Rousseau e Couture (1998), detalham melhor:

O respeito deste primeiro grau é essencial para que os documentos de arquivo conservem a sua plena utilidade administrativa, uma vez que os documentos activos e semiactivos de uma unidade formam uma entidade própria que não pode ser misturada com os documentos de uma ou de várias outras unidades. Por outro lado, este primeiro grau é também indispensável à plena existência do valor de testemunho do documento de arquivo, visto que o próprio fundo de arquivo, de que depende esse valor, procede directamente desse respeito.

Podemos assim dizer que o primeiro grau do princípio da proveniência está ligada ao princípio da indivisibilidade, em que os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão não autorizada ou indevida.

– O segundo grau do princípio da proveniência considera que todos os documentos de um fundo ocupam determinado lugar que tem de ser respeitado. Ele está ligado a ordem original do fundo, ou em outras palavras, está ligado ao princípio da organicidade, em que se respeita à ordem original dos documentos produzidos pela entidade que os gerou ou organizou.

A formulação francesa do respeito aos fundos pelo arquivista Natalys de Wally assim define:

Reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos. Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, corporação ou família [...] Se, em lugar desse método fundamentado, por assim dizer, na natureza das coisas, se propõe uma ordenação teórica, os arquivos cairão numa desordem difícil de remediar [...] Em qualquer outra classificação que não seja por fundos corre-se o grande risco de não se saber onde encontrar um documento (WALLY apud FONSECA, 2005, p. 16).

Para Schellengerg (2002), define as coleções orgânicas entre elas os eclesiásticos da seguinte forma:

O termo “coleções naturais” pode ser empregado para aglomerados de material documentário que se formam no curso normal dos negócios ou da vida de entidades privadas – individuais ou coletivas – como firmas comerciais, igrejas, instituições ou organizações. Tais coleções têm certas características bem definidas. Cada qual é comumente oriunda de uma mesma fonte e reunida concomitantemente com as ações a que se refere. Tais coleções são o produto de atividade orgânica, e por essa razão foram chamadas por Lester J. Cappon, ex-presidente da Society of American Archivists, de “coleções orgânicas”. Em relação à maneira pela qual nascem são idênticas aos grupos de arquivos. Para todos os fins os termos “arquivos” e “coleção natural” poderiam ser usados indiferentemente e a única razão por que preferi o termo “coleção” neste texto é que o termo “arquivos” é muitas vezes reservado para designar os documentos de uma repartição pública e não é convencionalmente usado em relação ao conteúdo de um depósito de manuscrito.

b) O Princípio da territorialidade:

O princípio da territorialidade é o direito a propriedade do documento. Em outras palavras podemos dizer que os arquivos devem ser mantidos ou conservados no território em que foram produzidos.

Para Rousseau e Couture (1998), o princípio da territorialidade:

[...] define-se como sendo o princípio segundo o qual os arquivos públicos, próprios de um território, seguem o destino deste último [...] foi aplicado à restituição de certos fundos de arquivo a instituições ou a centro de arquivo situados perto do local de criação, e que tinham sido deslocados por diversas razões.

Rousseau e Couture (1998), também traz a ideia do princípio da pertinência territorial, que conceitua o oposto do princípio da proveniência, segundo o qual, sem se ter em conta o seu lugar de criação, os arquivos deveriam ser entregues ao serviço de arquivo com jurisdição arquivística sobre o território a que o conteúdo deles se refere.

Seus níveis de aplicação são divididos em planos: nacional, regional e institucional. Falaremos apenas do plano institucional.

O plano institucional para Rousseau e Couture (1998) trata que “os arquivos sejam conservados o mais perto possível do lugar da sua criação e a sua aplicação significa que eles devem ser guardados pela instituição que os criou”.

1.4 Fontes Primárias e Secundárias

Quando iniciamos uma pesquisa, encontramos diversas fontes de informação, sejam elas textuais, audiovisuais, cartográficos, iconográficos, entre outros. Porém é necessário saber se estes documentos de arquivo trata-se de fonte primária (original), fonte secundária (produzida por outrem) ou terciária.

As fontes primárias ou fontes originais, são fontes produzidas no local e no evento em que elas ocorreram por quem registra, podendo ser um livro, um relatório científico, um artigo, um diário pessoal, fotografia, uma entrevista oral, entre outros. A partir desta fonte é que se iniciam as pesquisas, pois o nível de distorção da informação é o menor possível.

Os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações. Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. [...] Incluem-se aqui como fontes não escritas: fotografias, gravações, imprensa falada (televisão e rádio), desenhos, pinturas, canções, indumentárias, objetos de arte, folclore, etc. (LAKATOS; MARCONI, p. 43).

As fontes secundárias, são fontes em que há a participação de um outro autor ou produtor, são baseadas nas fontes primárias e geralmente são escritos após o fato ocorrido, como por exemplo, uma bibliografia de uma pessoa, uma enciclopédia, artigos de jornais, histórias, entre outros. As pesquisas a partir desta fonte, podem resultar em informações distorcidas, devido à má interpretação do autor ao transcrever os dados primários. Como Lakatos e Marconi (1992) definem que uma fonte secundária “trata-se de um levantamento de toda bibliografia já

publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.”

As fontes terciárias, são fontes em que há a participação de um terceiro autor baseado nas fontes secundárias, como por exemplo, uma bibliografia da bibliografia, artigos de pesquisa, entre outros. As pesquisas baseadas nestas fontes deverão ter suas atenções redobradas, por se tratar de informações oriundas de fontes secundárias, que poderão conter erros.

1.5 O Que São Arquivos Eclesiásticos

Os Arquivos Eclesiásticos ou em outras palavras Arquivos Religiosos são conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições religiosas. Para entender melhor *arquivo eclesiástico*, dividiremos as palavras *arquivo* e *eclesiástico*. Arquivos conforme Leal e Siqueira (2011), são:

1. Conjunto de documentos produzidos, recebidos e/ou acumulados por órgãos públicos, instituições de caráter público, entidades privadas, família ou pessoa, em decorrência do exercício de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a guarda, o processamento técnico, a preservação e o acesso a documentos.

E a palavra *eclesiástico*, significa segundo o Dicionário Português Léxico: relativo à igreja, ao clero.

Portanto os Arquivos Eclesiásticos ou Arquivos de Igreja são conjuntos de documentos de entidades privadas em decorrência do exercício de suas atividades tendo por finalidade a guarda, preservação e acesso a estes documentos.

Estes arquivos podem ser de diversas denominações religiosas, entre elas a Católica, Luterana, Judaica, etc.

Os Arquivos Eclesiásticos são de natureza privada, conforme o Art. 11 da Lei 8.159/91 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, considera que os “arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.”

O Decreto 4.073 de 3 de janeiro de 2002 que regulamenta a Lei 8.159 em seu Art. 22, dispõe:

Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o

desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por decreto do Presidente da República.

§ 1º A declaração de interesse público e social de que trata este artigo não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo.

§ 2º São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social:

I - os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público;

II - os arquivos presidenciais, de acordo com o art. 30 da Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991;

III - os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei no 3.071, de 1º de janeiro de 1916, de acordo com o art. 16 da Lei no 8.159, de 1991.

Quando pensamos em arquivos eclesiásticos logo vem à mente os arquivos da Igreja Católica. Passamos despercebidos dos registros eclesiásticos da Igreja Luterana, que teve também um papel importantíssimo nos registros da vida principalmente dos imigrantes alemães no Brasil.

De acordo com a Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, diz que:

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo.

Portanto fica claro, que os registros eclesiásticos dos evangélicos antes da criação dos registros civis, não tinham qualquer validade. Todo e qualquer batismo, casamento ou sepultamento não era reconhecido.

Os Arquivos Eclesiásticos segundo Bellotto (1991) são denominados de Arquivos Sociais, pois “os chamados arquivos sociais abrangem um grande número de importantes arquivos, sobressaindo-se os arquivos religiosos, os arquivos notariais e os arquivos de movimentos e entidades”.

Bellotto (1991) ressalta a importância dos arquivos religiosos:

Os da igreja católica, com datas anteriores à proclamação da república, devido ao valor jurídico que têm seus registros demográficos (já que no período colonial e no imperial não havia o registro civil) mereceram no anteprojeto sobre arquivos públicos e privados um artigo específico:

Art. 12. Os documentos relativos a nascimentos, casamentos, óbitos e testamentos, integrantes do acervo dos arquivos das entidades religiosas e produzidos anteriormente à vigência do Código Civil, ficam, desde já, classificados como arquivos de interesse público, sob a proteção especial do Arquivo Nacional.

[...]

A igreja católica tem, entre nós, uma tradição de organização arquivística de certa antiguidade. Os arquivos de algumas cúrias metropolitanas têm proporcionado trabalhos historiográficos de relevo, justamente pela possibilidade de uma adequada transferência de informação pela existência de razoáveis instrumentos de pesquisa.

De acordo com o exposto, os arquivos eclesiásticos da Igreja Católica, amparados por uma Constituição Imperial de 1824 que assegura amplos poderes combinado com a Lei dos Arquivos de 1991, atualmente continuam com acesso limitado ou nulo aos pesquisadores e não disponibilizados à sociedade, como veremos no capítulo Análise de Resultados.

Também, pode-se afirmar que o mesmo ocorre com os arquivos eclesiásticos da Igreja Evangélica, que pela Constituição Imperial de 1824, as igrejas não Católicas não eram reconhecidas, portanto seus arquivos são considerados sem valor. Somente com a Lei dos Arquivos em 1991, que se reconhece arquivos de entidades religiosas de relevância à sociedade.

Portanto estes arquivos são grandes fontes de informação por conterem documentos relativos a nascimentos, casamentos, óbitos, entre outros.

Analisando os registros paroquiais, as informações ali contidas, ajudam a reconstituir a árvore genealógica. Como é o caso de um registro de batizado, em que o pároco ao anotar no livro de batismos o fato ocorrido, insere nele a data do evento, o nome da criança a ser batizada, os nomes dos pais, dos avós maternos e paternos, a indicação se já estão falecidos, quem eram os padrinhos, a localidade onde viviam, entre outros dados.

Abaixo, a transcrição de um registro de nascimento (Ver Anexo G) ocorrido em Dois Irmãos pela Igreja Católica:

Eu Augostinho Lipinsky Miss. da Comp. de Jesus baptizei na igreja S Miguel,
aos 17 de Agosto 1837 a Apollonia nascida no monte dos Bugres aos 13 de Agosto 837
filha legitima de Antonio Bartz e sua mulher Anna Maria First e lhe puz os Oleos
Santos. Forão os padrinhos o João Jacobs solteiro morador na picada monte dos Bugres
5 e Appollonia Endres casada moradora em picada Dois Irmãos freguesia de S. Miguel.

Abaixo, a transcrição de um registro de casamento (Ver Anexo H) ocorrido em Dois Irmãos pela Igreja Católica:

Aos 11 de Agosto 1837 pela manhã em igreja de S. Miguel,

picada Dois irmãos, freguezia S. Miguel, feitas as denúncias na forma de Sagrado Concilio Tridentino nesta igreja onde os contrahentes são naturaes, sem se descobrir impedimento sendo
 5 praesentes por testemunhas o Jaco Henemann e Jaco Keiling pessoas conhecidas se casarão em face, da Igreja selemnemente, por palavras Carlos Sporer filho legitimo de Philippo Sporer e de fallecida Dorothea Sulzbach, natural do Brasil morador de picada Dois Irmãos freguez de igreja S. Miguel
 10 com a Maria Magdalena Henemann filha legitima de Wendelino henemann e sua mulher Angelina Schneider natural de Brasil, moradora de picada Dois Irmãos freguez de parochia S. Miguel, e logo lhe der as benções conforme aos ritos, e ceremonias de Santa Madre Igreja do que tudo fiz este
 15 assento no mesmo dia que por verdade assignei

Augustinno Lipinski Mission:
 E Vicarius de Comp: de Jezus

Abaixo, a transcrição de um registro de óbito (Ver Anexo I) ocorrido em Dois Irmãos pela Igreja Católica:

Aos 25 de Maio 1838 falleceu na picada dous Irmãos a Catharina Rippel, natural da prussia freguez de S. Miguel de idade 62 annos Moreu repente sem sacramentos e fiz aos 27 do mesmo mez sepultada no cemeterio da picada de dous Irmãos. August Lipinski.

Infelizmente nem todos os registros paroquiais são uniformizados, ou seja, dependia do sacerdote quais informações ali inserir. Para MENDES (1996), os registros de batismos deveriam ter pelo menos os seguintes dados:

Registros de baptismo: É fundamental registrar o nome do neófito, a data de baptismo e a de nascimento (no caso de vir mencionada); a freguesia, concelho e templo onde ocorreu o baptismo; o sacerdote celebrante; o nome, profissão e morada dos pais; os nomes dos avós (se aparecerem, bem entendido); os padrinhos; outras informações adicionais; a folha e o número do livro.

Os registros paroquiais são fontes com grande credibilidade, já que são fontes primárias em que os registros foram escritos na época e local onde ocorreram os fatos. Isto torna para os genealogistas uma das principais fontes de informação para a reconstituição da árvore genealógica.

2 O QUE É GENEALOGIA

A palavra genealogia é de origem grega, a qual está dividida em duas partes:

GENEA = GERAÇÃO

LOGIA = ESTUDO

Portanto a genealogia é o ramo da História que se dedica ao estudo das famílias, à sua origem e evolução, descrevendo as gerações em cadeia e traçando, sempre que possível, as biografias de seus membros.

2.1 Como Elaborar uma Árvore Genealógica

Segundo Mendes (1996), admite-se dois critérios para a elaboração de uma árvore genealógica, ou falamos de genealogia ascendente ou genealogia descendente.

A genealogia ascendente é “o estudo das gerações de antepassados de um determinado indivíduo de uma forma linear”. Ou seja, podemos assim dizer: eu, meu pai, minha mãe, meu avô, minha avó, meu bisavô, assim por diante, também dizemos que é uma árvore de costados (“costado” é a expressão utilizada para designar, simultaneamente, as ascendências paterna e materna).

A genealogia descendente é “o estudo das linhas de descendência de um determinado indivíduo, do passado para o futuro.” Ou seja, podemos assim dizer: eu, meus filhos, meus netos, assim por diante.

Para a elaboração da árvore genealógica Mendes (1996) recomenda os seguintes atributos fundamentais:

- A autodisciplina;
- A ordem;
- A organização;
- A perspicácia (para resolver, pela lógica, todos os quebra-cabeças com que se depara);

- A paciência;
- A perseverança;
- A honestidade intelectual (não falsear resultados, seja com que fim for);
- O rigor e o espírito crítico;
- O respeito absoluto pela verdade;
- A humildade;
- O cuidado com os documentos consultados (não os deteriorar, anotar, sublinhar, decalcar, escrever sobre eles).

Para iniciar a pesquisa é necessário saber por onde começar. Começar a traçar a linhagem genealógica, anotando os nomes, datas e locais dos eventos e focar naqueles dados ainda não identificados.

Por isso é mais fácil fazer a genealogia ascendente, pois partindo de dados de um determinado indivíduo é mais fácil chegar aos dados de seus pais. Como Mendes (1996) esclarece: “Na certidão de batismo ou no registro de nascimento de todos os cidadãos contêm-se os dados necessários para se averiguar a procedência, designação e data do nascimento dos seus pais e avós.” Baseado nisso, fica claro aonde se obter os dados de seu predecessor.

2.2 A Genealogia e a Informática

Os motivos pelos quais realizamos a genealogia, são inúmeros, podemos citar entre eles: social, por desejar saber a linhagem real ou nobre; a genealogia por DNA, para localizar, grupos ou etnias; por motivos religiosos, como os Mórmons²; por herança, para saber quem têm direitos a determinados bens; por busca à Cidadania Italiana, entre outras.

Porém o que preocupa é como esta genealogia vem sendo divulgada, pois sabemos que a internet é o melhor meio de comunicação. Ao pesquisarmos por ancestrais na internet, nos deparamos com milhares de informações oriundas de diversas fontes de informação, sejam diretos de registros militares, cemitérios, mapas, listas de passageiros, listas telefônicas, todos estes de fontes primárias, mas também temos registros de fontes secundárias, como os bancos de dados, onde são

² Religião Cristã restaurada em 6 de abril de 1830 pelo Profeta Joseph Smith com nome oficial de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Acreditam na vida após a morte, portanto trabalham na busca de dados de seus ancestrais para uní-los em família eternamente.

depositados milhares de informações genealógicas a todo o momento, por quem queira fazer tal colaboração.

Como é o caso do site MyHeritage.com.br, um dos maiores bancos de dados genealógico do mundo, onde milhares de informações são enviadas por colaboradores ao redor do mundo, mas que não há controle da veracidade da informação.

Por tudo isso, a informática vem como grande ferramenta na pesquisa genealógica pelas possibilidades que ela oferece em termos de pesquisa de ancestrais, busca de fontes de dados, troca de informações, orientações entre outros.

Como ressalta TOMAEL *et al.* em seu artigo:

Apesar dos sites de busca disponíveis na Internet, a recuperação da informação é morosa, sem qualidade, com baixa revocação, enganosa e, em muitos casos, inexecutável. O mesmo se dá em relação à recuperação de fontes que se encontram perdidas no espaço informacional da Internet. A quantidade de informações presentes na Internet dificulta a localização de uma fonte específica.

O que mais preocupa um bom genealogista ao usar a a internet é justamente as fontes secundárias de informações, como qualquer pessoa pode fazer a colaboração enviando um nome de seu ancestral, também qualquer dado sobre este indivíduo pode ser veiculado, sendo ele verdadeiro ou falso.

2.3 Os Arquivos Eclesiásticos para a Pesquisa Genealógica

Como vimos no inciso III do Art. 22 do Decreto 4.073/2002 que “os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei no 3.071, de 1º de janeiro de 1916, de acordo com o art. 16 da Lei no 8.159, de 1991.” são considerados documentos privados de interesse público.

Portanto, os registros eclesiásticos podem fornecer informações que não estão à disposição em outros tipos de registros. As igrejas mantinham registros de nascimentos, casamentos e óbitos de seus fiéis.

Com a criação da Lei do Código Civil em 1916, todos os nascimentos, casamentos e óbitos eram registrados através dos cartórios, sendo a responsabilidade do governo em manter estas informações.

Por isso a grande importância a ser dada a estes arquivos eclesiásticos, pois

são fontes primárias para a pesquisa genealógica e que por serem registros únicos, dificilmente poderá ser encontrado em outras fontes de pesquisa.

3 AS IGREJAS CATÓLICA E LUTERANA NO VALE DOS SINOS

A história da Igreja Católica no Vale do Rio dos Sinos está ligada diretamente à imigração alemã. Antes de 25 de julho de 1824, data da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Vale do Rio dos Sinos, segundo o Padre Moesch em seu artigo “O Padroado e a Igreja no Rio Grande do Sul”, informa as seguintes comarcas eclesiásticas existentes até 1822:

Além da Vigararia-Geral, a província contava com seis comarcas eclesiásticas (Rio Grande, Rio Pardo, Vacaria, Piratini, Cachoeira e Missões), 25 paróquias e cinco curatos; entretanto, continuava a depender da diocese do Rio de Janeiro.

Portanto, com a vinda dos primeiros imigrantes alemães é que se deu início ao estabelecimento da Igreja Católica no Vale do Rio dos Sinos. Esta região embora houvesse habitação por parte de portugueses não havia a igreja oficialmente estabelecida e era pouco habitada.

As primeiras comunidades evangélicas estabelecidas no Vale do Rio dos Sinos também estão intimamente ligadas à imigração alemã. Os primeiros imigrantes alemães que chegaram no dia 25 de julho de 1824 em São Leopoldo, em sua maioria eram evangélicos.

Segundo o site oficial da Paróquia Martin Luther em Porto Alegre da Comunidade Evangélica Luterana do Brasil, de 1824 a 1830 entraram 4.830 imigrantes em São Leopoldo, sendo 60% deles evangélicos:

1824	126
1825	909
1826	828
1827	1088
1828	99
1829	1689
1830	117
Total	4830

Tabela 1: Primeiros Imigrantes Alemães em São Leopoldo

Os primeiros registros evangélicos são datados em 1824, sendo eles

batismos, casamentos e óbitos.

3.1 A Paróquia Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo

A “capela antiga” de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, assim era chamada, até antes do surgimento da atual Matriz Nossa Senhora da Conceição. Os primeiros registros que se tem desta capela antiga, são os documentos escritos à pena pelo Capelão Padre Antônio Nunes da Silva, quando abre o primeiro Livro Tombo, datado em 12 de outubro de 1828, tal livro encontra-se na paróquia (Ver Anexo M). Mas em consulta aos registros microfilmados constam registros de casamento em 18 de junho de 1826 pelo mesmo Capelão.

O autor do livro “A Secular Matriz de São Leopoldo” de Arthur Rabusk em sua monografia, conta sobre o início da paróquia:

Quando em 1828 se construiu a pequena capela no local, onde hoje se encontra a igreja matriz Nossa Senhora da conceição, a futura Vila de São Leopoldo ainda não passava de um simples aglomerado de casas espalhadas pelas ruas chamadas “do Passo”, “do Fogo” e “do Brejo” ... As famílias, que nelas moravam, eram em sua maioria luteranas, formando os lares católicos a minoria. Isso, aliás, valia para toda a Colônia Alemã de então. Vimos ... os detalhes da construção dessa capelinha, pois tinha a seu serviço um capelão. Mais tarde ou seja em 1831 recebeu o título de capela curada e seu ministro o de cura. As dimensões correspondiam então às necessidades ambientais da época, sendo que ofereciam o espaço suficiente para a parte católica do povo diminuto da São Leopoldo inicial. Isso para diversos quinquênios.

3.2 A Paróquia Nossa Senhora da Piedade em Novo Hamburgo

A Paróquia Nossa Senhora da Piedade situada no bairro Hamburgo Velho em Novo Hamburgo é a paróquia mais antiga da cidade. Embora fundada em 1880, já possui registros de batismos e casamentos datados em 1826.

Reconhecida como Freguesia aos 22 de julho de 1880 pelo Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, deixou de ser vinculada à Freguesia Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo e a responder diretamente ao Bispado em Porto Alegre. O documento que cria a freguesia narra:

Dom Sebastião Dias Laranjeira, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Pedro do Rio Grande do Sul, Prelado e Assistente ao Sólido Pontifício, do Conselho de Sua Majestade o Imperador. Aos que a

presente Provisão virem, saúde e bênção. Fazemos saber, que atendendo ao que Nos requerem os moradores da povoação de Hamburgo Berg, e ao bem espiritual dos mesmos; Havemos por bem de criar e elevar à categoria de Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Berg, a qual terá por limites, os marcados na Lei Provincial n. 1000 de oito (08) de maio de 1875, ficando assim erigida e canonicamente instituída em Paróquia, na forma do Sagrado Concílio Tridentino. Portanto, concedemos a supradita Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Berg pleno direito e faculdade para ter sacrário em que se conserve o Sacramento da Eucaristia para consolação dos fiéis, havendo a necessária decência e ornato, e tendo rendas suficientes, pia batismal, cemitério para sepultura dos paroquianos defuntos, campanário, torre, sinos e todas as mais distinções de uma igreja paroquial. O Revmo. Pároco respectivo receberá a cômputo anual na conformidade das leis em vigor, além dos emolumentos da Paróquia, e o que for aplicado à sua fábrica, e participará das oblações matrimoniais, nos batismos e desobrigas na quaresma, nos ofícios e sepultamentos de defuntos e todos os demais direitos de estola que por lei estão estabelecidos. Esta será publicada em um Domingo festivo, a estação da Missa conventual, para que chegue a notícia a todos, de que se passará certidão no verso desta, para a todo tempo constar, sendo antes registrada em Nossa Câmara Eclesiástica e mais partes onde convier. Dada e passada na Câmara Eclesiástica do Bispado em Porto Alegre, sob o selo e sinal das Nossas Armas, aos 22 de julho de 1880. E eu, o Cônego Francisco Antônio Pereira de Oliveira, Secretário do Bispado subscrevi. + Sebastião, Bispo do Rio Grande do Sul.

3.3 A Paróquia São Miguel em Dois Irmãos

A história da Paróquia de São Miguel também está relacionada aos primeiros imigrantes da região do Vale do Sinos. Os primeiros imigrantes chegaram à localidade de “Baumschneiss” que significa Picada dos Baum³, em 29 de setembro de 1829 e comemoraram sua terrível viagem pelo Oceano Atlântico com muita festa e orações.

A primeira capela católica foi inaugurada em 30 de novembro de 1832, chamada de São Miguel, por ser o padroeiro e protetor da picada “Baumschneiss”. Somente mais tarde em 5 de agosto de 1849 que então foi construída a Igreja Matriz de São Miguel e oficialmente um vigário para cuidar desta paróquia, como relata Vier (1999):

Dados históricos apontam que, em 30 de novembro de 1832, iniciou-se a construção de uma capelinha de madeira no mesmo lugar onde atualmente encontramos a “Antiga Matriz de São Miguel”. Apenas 3 anos após a chegada dos imigrantes que embarcaram no navio Cecília em 1827, em Bremen, e que chegaram ao Brasil em 1829, trazidos por um navio inglês, o então vigário de São Leopoldo veio dar a bênção à primeira capelinha. Mais tarde, em 05 de agosto de 1849, chegou o padre Agostinho Lipinsky (polonês), que foi nomeado 1º vigário da nova paróquia; o mesmo

3 Pedro Baum, evangélico, imigrante alemão oriundo de Stipshausen, na Alemanha vindo pelo navio Friedrich Heinrich e chegou ao Rio Grande do Sul em 31 de dezembro de 1825.

também construiu a casa canônica.

Em 25 de abril de 1880, o Bispo Dom Sebastião abençoa a recém-construída Matriz de São Miguel em Dois Irmãos.

3.4 A Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em São Leopoldo

A paróquia evangélica de São Leopoldo teve seu início em 1824 junto com os primeiros imigrantes alemães que em sua maioria eram luteranos. No próprio natal de 1824, foi celebrado o primeiro culto da comunidade como comenta Martin N. Dreher (2011):

Em 25 de julho de 1824 desembarcaram em São Leopoldo os primeiros cristãos evangélico-luteranos. Nas levas seguintes, que traziam imigrantes artesãos e agricultores para dar continuidade ao povoamento da região, veio também o primeiro pastor, Johann Georg Ehlers, seguido do Pastor Carl Leopold Voges e do Pastor Friedrich Christian Klingelhöffer. Foi no roseiral do Inspetor José Tomás de Lima, na Feitoria, que Ehlers celebrou o primeiro culto evangélico-luterano no Natal de 1824 ... No ano seguinte, 1825, Ehlers recebeu da administração da Colônia o antigo depósito de linho cânhamo, localizado na Feitoria, como local de culto. Desde então e até o ano de 1846, cultos e ofícios foram aí celebrados, dominicamente, sob sua presidência. Neste prédio, assim o podemos dizer, foram lançados os alicerces da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

3.5 A Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Novo Hamburgo

A Paróquia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Hamburgo Velho em Novo Hamburgo, foi fundada em 6 de janeiro de 1832, sendo uma das primeiras no Rio Grande do Sul, surgida a partir da instalação de imigrantes alemães no *Hamburgerberg*, hoje bairro a Hamburgo Velho, que deu origem à cidade de Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos.

3.6 A Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Dois Irmãos

A vida dos imigrantes evangélicos em Dois Irmãos, ou melhor, em “Baumschneiss”, teve início já em 1829, quando chegaram a esta picada, muitos deles eram evangélicos.

Segundo Vier (1999), “em 1833 os moradores evangélicos de Dois Irmãos, em número de 33, iniciam a construção de uma Schulkapelle – capela-escola – que

foi inaugurada em 1834. Localizava-se as terras de Jakob Klein. Em 1834, a 29 de setembro, inaugura-se a primeira igreja.”

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos através de uma pesquisa feita nas primeiras paróquias católicas e luteranas das cidades de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Dois Irmãos, que compõem o Vale do Rio dos Sinos, devido a sua grande importância para a pesquisa genealógica, por se tratar de paróquias que registram a vida religiosa dos primeiros imigrantes.

4.1 Os Arquivos Nas Paróquias

Esta seção apresenta as principais características de um arquivo eclesiástico. Os questionários abaixo foram realizados *in loco* com o objetivo de conhecer melhor os arquivos eclesiásticos e as pessoas que ali lidam com a documentação.

	Ns. Sra. Da Conceição	Ns. Sra. Da Piedade	São Miguel	IECL São Leopoldo	IECL Novo Hamburgo	IECL Dois Irmãos
Data da Fundação da Paróquia	1828.	1880.	1947 ou 1957.	1825 em diante.	06/01/1832	1834.
Qual o tipo de documentação o arquivo possui?	Livros de batismos e casamentos.	Livros de batismos, casamentos, habilitação de casamentos e óbitos.	Livros de batismos, casamentos, óbitos no cemitério católico, catequese	Ofícios de batismos, casamentos e óbitos.	Ofícios de Batismos e Casamentos.	Ofícios de batismos, casamentos, confirmação e enterro.
Quais são as datas-limite?	1932 em diante.	1880 em diante.	1974 em diante.	1824 à 1905.	1845 a 1928.	1834 em diante.
Há documentação sigilosa/ostensiva?	Totalmente sigilosa.	Ostensiva.	Totalmente sigilosa.	Totalmente sigilosa.	Ostensiva	Ostensiva.
Os documentos são disponibilizados ao público?	Não.	Sim. Os originais estão em Porto Alegre, o compilado é disponibilizado, porém restritivo.	Não.	Não. Somente os transcritos e traduzidos do original.	Sim. Os originais são reservados, os transcritos e traduzidos são disponíveis.	Sim, com ressalvas.
Qual estado de conservação destes documentos?	Ótimo.	Ótima.	Ótima	Péssimo, quando manuseado se fragmenta.	Bom.	Regulares.

Quadro I: O Acervo dos Arquivos Eclesiásticos

Todas as paróquias visitadas tiveram seu estabelecimento no início da imigração alemã, por volta de 1924. Embora na entrevista, verificou-se que a data de fundação da Igreja Nossa Senhora da Piedade em Novo Hamburgo, deu-se em 1880, já existia uma capela na localidade de Hamburgo Velho, mas que reportava todos os registros à paróquia em São Leopoldo. Todas as paróquias possuem livros contendo as certidões de batismos, casamentos e óbitos.

As paróquias das igrejas católicas são mais restritas ao acesso em seus livros originais do que as paróquias das igrejas evangélicas, até mesmo por causa da estrutura que a Igreja Católica tem de seus arquivos e a possibilidade de acessá-los por outros meios como arquivos digitalizados disponíveis no site www.familysearch.org.

Em relação ao estado de conservação destes documentos, a maioria deles estão em bom estado de conservação, principalmente os da Igreja Católica. Já os arquivos eclesiais das Igrejas Luteranas, não estão em bom estado de conservação, inclusive os da IECLB em São Leopoldo, estão em péssimo estado de conservação, portanto não são acessíveis aos usuários. Tais arquivos estão intimamente ligados em relação à política que é dada ao tratamento de seus acervos.

4.2 Atendimento ao Usuário

Com respeito ao atendimento ao usuário, foram formuladas as seguintes questões relacionadas como o usuário é atendido ao visitar o arquivo paroquial.

	Ns. Sra. Da Conceição	Ns. Sra. Da Piedade	São Miguel	São Leopoldo	Novo Hamburgo	Dois Irmãos
Quais são as formas de atendimento?	Presencial ou por telefone.	Presencial.	Presencial ou por telefone.	Somente pessoal, dependendo da situação faz-se por e-mail.	Presencial, telefone e e-mail	Presencial, telefone e e-mail.
O arquivo possui instrumentos de pesquisa? Quais são os tipos de instrumentos de pesquisa?	Não.	Não.	Não.	Sim, índice por sobrenome e repertório.	Sim, índice por sobrenome e repertório.	Sim, índice por sobrenome e repertório.
Os instrumentos são suficientes/adequados para a pesquisa?	Não.	Não.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.
O usuário recebe auxílio para a pesquisa?	Não.	Não.	Não.	Não.	Somente para leigos.	Pouca ajuda, quando há tempo.
Faz-se cadastro dos usuários? Quais são os dados? Para que servem?	Não.	Não.	Não.	Não.	Não	Não.
Quais informações são as mais solicitadas?	Certidão de batismo para habilitação de casamento	Pesquisa genealógica e registros de óbitos.	Casamentos, batizados, dízimos e catequese.	Datas e locais de batismos e casamentos para cidadania.	Pesquisa genealógica.	Os ofícios para pesquisadores genealogistas e historiadores.
O usuário encontra a informação necessária?	Não.	Sim.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.

Quadro II: Atendimento ao Usuário no Acervo da Paróquia.

As formas de atendimento são sempre presenciais e em alguns casos por telefone ou e-mail, devido a falta de funcionários para atender as solicitações. Nenhuma das Igrejas Católica possuem instrumento de pesquisa, para facilitar a pesquisa ao usuário, somente as paróquias evangélicas é que possuem um índice por sobrenome e repertório de seus acervos.

Os usuários não recebem ajuda para realizar suas pesquisas quando é disponibilizado o seu acervo. Somente na igreja evangélica, mas pouca ajuda é

prestada. Nenhuma das seis paróquias possuem um controle de registro de visitas e não podem precisar a quantidade de acesso a estas informações. De modo geral, as informações mais solicitadas são relacionadas as pesquisas genealógicas.

Os usuários encontram as informações necessárias mais nas paróquias evangélicas, devido ao fato de possuírem instrumentos de pesquisa que facilitam a busca das informações desejadas.

4.3 Acesso ao Acervo

Nesta seção é abordado as questões de acesso e política ao acervo paroquial.

	Ns. Sra. Da Conceição	Ns. Sra. Da Piedade	São Miguel	São Leopoldo	Novo Hamburgo	Dois Irmãos
Há divulgação do acervo?	Não.	Não.	Não.	Sim, por meio de CD.	Não.	Não.
Quem tem acesso à documentação?	Somente a secretaria e o pároco.	Todos.	Somente a secretaria e o pároco.	Somente o pastor.	Todos.	Todos.
Quais são os requisitos para acessar esta documentação?	Não há.	Agendamento prévio e para estudantes, recomendação.	Não há requisitos.	Não há.	Não há requisito.	Não há requisitos.
Existe política de acesso?	Não.	Sim.	Não.	Sim.	Não.	Não.
Quem criou esta política?	Não há registro.	O pároco.	Não há registro.	O pastor.	Não há registro.	Não há registro.

Quadro III: O Acesso ao Acervo da Paróquia

Nenhuma das paróquias possuem divulgação de seus acervos. Em relação ao acesso à documentação, em algumas paróquias somente o pároco ou o pastor é que tem acesso, mas demais onde os acervos são ostensivos, o acesso ao acervo é permitido a todos os usuários.

Somente em duas paróquias uma evangélica e outra católica é que há política de acesso ao acervo, as demais não há política alguma.

4.4 Impressões Quanto aos Acervos Paroquiais

Em relação à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo da Igreja Católica, os livros de batismos, casamentos e óbitos de 1828 à 1845 estão na Paróquia Nossa Senhora dos Anjos em Gravataí, os livros de 1846 à 1932 estão no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Por isso não há registros de óbitos na paróquia, pois desde 1932 os registros de óbitos eram unicamente realizados nos cartórios de registros civis. A paróquia possui seus registros microfilmados pela Sociedade Genealógica de Utah, e disponibilizados na internet pelo site do FamilySearch⁴, os seguintes livros:

Batismos 1827-1838, 1841-1850
Batismos 1850-1851 (inclui Dois Irmãos 1844; Santa Cristina do Pinhal 1847)
Batismos 1851-1859
Batismos 1855-1878
Batismos 1878-1899
Batismos de escravos 1847-1872
Batismos de filhos livres de escravos 1871-1887
Casamentos 1827-1836
Casamentos 1836-1897 (inclui Dois Irmãos, Santa Cristina do Pinhal e Novo Hamburgo)
Óbitos 1827-1878
Óbitos 1878-1898
Óbitos de filhos livres de escravos 1872-1886

Quadro IV: Livros Microfilmados disponíveis no site www.familysearch.org

Atualmente todos os livros estão digitalizados também pela própria paróquia, como não há acesso ao original, somente cópias são fornecidas aos usuários. O único livro original que a paróquia possui é o chamado Primeiro Livro Tombo da Paróquia de São Leopoldo de 12/10/1828 à 31/12/1942.

Em relação à Comunidade Evangélica em São Leopoldo, logo após a chegada dos imigrantes já em 1825, o então depósito de linho cânhamo, atualmente localizado no bairro Feitoria, tornou-se sede da comunidade evangélica para celebração de seus cultos. Somente em 15 de novembro de 1911 é que foi inaugurada a Igreja de Cristo, o atual templo da comunidade evangélica em São Leopoldo.

Como os livros originais não são disponíveis ao público sob forma alguma, a

4 www.familysearch.org

transcrição e tradução dos originais estão publicadas em imagens de computador, com o seguinte conteúdo:

Livro I – Casamentos (1824 a 1844)
 Livro II – Óbitos (1824 a 1844)
 Livro III – Batismos (1824 a 1844)
 Volume I – Batismos, casamentos, óbitos (1843 a 1844) e confirmações (1846 a 1861)
 Volume II – Batismos (1845 a 1849)
 Volume II – Casamentos (1845 a 1869)
 Volume II – Óbitos (1845 a 1862)
 Volume III – Casamentos (1870 a 1894)
 Volume III – Batismos (1849 a 1855)
 Volume IV – Batismos (1856 a 1860)
 Volume V – Batismos (1860 a 1884) e confirmações (1864 a 1905)

Quadro V: Livros Compilados pela IECLB disponíveis na paróquia em São Leopoldo

Em relação à Paróquia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Hamburgo Velho, embora fundada em 6 de janeiro de 1832, os primeiros registros encontrados iniciam somente em 1845, tanto de batismos, confirmações, casamentos e óbitos. Registros anteriores a 1845, somente são encontrados nos Livros I, II e III na Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em São Leopoldo. Os livros originais encontram-se ainda em bom estado de conservação em um pequeno depósito úmido, eles são:

Taufen und Konfirmationen 1845-1886 -- Heiraten 1845-1886 -- Tote 1845-1886 (Vol. 1 original em alemão.)
 Taufen 1886-1899 -- Heiraten 1886-1898 -- Tote 1886-1897 -- Konfirmationen 1887-1898 (Vol. 2 original em alemão.)
 Taufen 1899-1925 -- Heiraten 1899-1926 -- Tote 1899-1925 -- Konfirmationen 1899-1927 -- Taufen 1925-1928 -- Tote 1925-1928 -- Heiraten 1925-1928 (Vol. 3 original em alemão.)
 Taufen 1928-1952 (Parte do livro em português.) -- Konfirmationen 1928-1963 (Alguns anos fora de ordem.)
 Heiraten 1928-1957 -- Tote 1928-1951
 Taufen 1898-1929 -- Konfirmationen 1926-1929
 Heiraten 1898-1937 -- Tote 1897-1937
 Taufen 1930-1937 -- Konfirmationen 1930-1937

Quadro VI: Livros Compilados pela IECLB disponíveis na paróquia em Hamburgo Velho

Em relação à Paróquia Nossa Senhora da Piedade em Novo Hamburgo, que

somente em 1880 deixou de pertencer à Paróquia Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, inicia seus registros nesta data, portanto a documentação original, não é encontrada nem nos arquivos da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, nem na da Nossa Senhora da Conceição, somente na Diocese de Novo Hamburgo. Os registros compilados dos originais desde 1880 em diante estão na paróquia, que são:

Batismos 1880-1899
Casamentos 1880-1915
Óbitos 1881-1917
Óbitos 1917-1923

Quadro VII: Livros Compilados Disponíveis na paróquia Nossa Senhora da Piedade

Em relação à Paróquia São Miguel em Dois Irmãos, a documentação existente no arquivo da paróquia só inicia em 1947, segundo o relato da secretária da paróquia, porém em pesquisa nos arquivos da Diocese de Novo Hamburgo, os registros existem desde:

Batismos 1857-1897
Casamentos 1857-1913
Óbitos 1858-1908

Quadro VIII: Livros Originais Disponíveis na Diocese de Novo Hamburgo

Em Relação à Paróquia da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Dois Irmãos, os registros de batismos iniciam em 1827 em alto mar no trajeto dos imigrantes alemães ao Brasil, porém os primeiros registros em solo brasileiro somente em 1929, portanto aí a data comemorativa dos cidadãos de Dois Irmãos. As imagens originais estão todas digitalizadas e em data futura será disponibilizado ao comércio. Os registros originais existentes são os seguintes:

Taufen 1862-1893 -- Heiraten 1863-1868 -- Tote 1862-1891 -- Konfirmationen 1863-1868
Taufen 1827-1865 -- Heiraten 1851-1860 -- Tote 1865 -- Konfirmationen 1866
Einwandererliste 1782-1850
Taufen 1868-1896 -- Konfirmationen 1867-1893
Heiraten 1869-1906, 1885-1906
Taufen 1896-1941 -- Konfirmationen 1901-1940
Heiraten 1906-1942 -- Tote 1906-1942
Taufen 1919-1942 -- Konfirmationen 1941-1956
Tote 1868-1906

Quadro IX: Livros Compilados pela IECLB disponíveis na paróquia em Dois Irmãos

CONCLUSÃO

Nos arquivos eclesiásticos podemos encontrar excelentes informações para a reconstituição da árvore genealógica que são as certidões de nascimentos, as certidões de batismos e confirmações, os casamentos e os óbitos, além de livros tomos que contam a história das paróquias em sua fase administrativa. Tais informações permitem ao pesquisador encontrar dados de seus ancestrais como nomes, datas de nascimento, casamento, óbitos, padrinhos, as profissões dos pais, entre outros.

Por isso ressaltamos que tais arquivos não apenas remontam à história das instituições que as pertencem, mas que carregam consigo a memória de nossos antepassados.

No presente trabalho, pode-se confirmar que é possível utilizar-se das informações que os arquivos eclesiásticos possuem para a reconstituição da árvore genealógica e daqueles que possuem suas raízes na imigração alemã no Vale do Rio dos Sinos. Embora nas pesquisas, os entrevistados dizem que seus acervos são sigilosos, na verdade referem-se aos documentos originais para que sejam conservados em bom estado, evitando-se o uso desnecessário e assim perdendo a única fonte da informação. Por isso todos eles, tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Luterana, possuem disponibilizado o acesso ao acervo ou através dos registros microfilmados ou então como fez a Igreja Luterana, transcrevendo todos os seus registros em livros.

O arquivista tem um papel fundamental nos arquivos paroquiais, já que ele torna-se o guardião das informações eclesiásticas. Todos os arquivos visitados tanto da Igreja Católica quanto da Igreja Luterana não possuem em seu quadro de funcionários um arquivista que possa desempenhar as atividades de gestão de

arquivos. Os documentos como sempre estão devidamente armazenados em locais não adequados e sem receber o devido tratamento arquivístico. Por sorte, tais acervos possuem certo grau de conservação da documentação, mas que estão a mercê de agentes externos como umidade, calor, entre outros.

Estes arquivos merecem mais do que nunca atenção especial em seu tratamento arquivístico já que se tornaram fontes primárias para a pesquisa genealógica e que em nenhum outro lugar tais informações podem ser obtidas.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: Ed. T. A. Queiroz, 1991.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Diplomática e de Paleografia**. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

_____; CAMPOS, Vanessa Gomes de. **Oficina de Paleografia e Diplomática Eclesiástica**. In: Salão de Extensão da UFRGS, 8, 2009, Porto Alegre. Não publicado.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

BRASIL. Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2002.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 139, n. 6, p. 455. 9 jan. 1991.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre: levantamento documental e análise tipológica para a reestruturação do Quadro de Arranjo**. 2006. 62 f. Relatório de Estágio Supervisionado, Curso de

Arquivologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **De corpo e alma:** a materialidade da escrita e a subjetividade autógrafa. Santa Maria: UFSM, 2009. Relatório de Estágio.

CASTRO, Astréa de Moraes e. **Arquivística arquivologia: arquivística = técnica, arquivologia = ciência.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico SA, 1988.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. **La escritura y lo escrito:** Paleografía y diplomática de España y América em los siglos XVI y XVII. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.

DREHER, Martin N. **Igreja de Cristo: um temple centenário.** São Leopoldo: Oikos, 2011.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: nuevos usos para uma antigua ciencia.** Trad. Manuel Vázquez. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1997

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Ed. Atlas SA, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEAL, João Eurípedes Franklin. SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. **Glossário de Paleografia e Diplomática.** Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2011.

MARQUES, José. **Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, no Século XV. Separata de Revista da Faculdade de Letras II Série,** Porto, v. 11, Porto, p. 137-171, 1994.

MENDES, Nuno Canas. **Descubra as suas raízes.** Portugal: Ed. Lyon Multimédia, 1996.

MERINO, Pedro Rubio. **Tipología documental em los archivos parroquiales.** In: DIPUTACIÓN PROVINCIAL DE SEVILLA. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1981. p. 209- 236.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PARÓQUIA MARTIN LUTHER. **Imigração Alemão ao Brasil e Rio Grande do Sul – I.** Disponível em <http://www.mluther.org.br/imigracao/imigracao_i.htm>. Acesso em 23 de abril de 2002.

RABUSKE, Arthur. **A secular matriz de São Leopoldo, RS.** São Leopoldo: UNISINOS, 1978.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Arquivo Nacional, 1985.

SILVA, Patrícia Mascarenhas. **Política de acesso e uso da informação em arquivos eclesiásticos católicos de Salvador**. Salvador, 2008.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TOMAEL, Maria Inês. et al. **Fontes de Informação na Internet**. Universidade Federal de Londrina.

WILLARD, Terry. WILSON, Jane. **Ancestors: A beginner's guide to family history and genealogy**. EUA, 1997.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ / _____

Entrevistado: _____

Cargo/Função: _____

Formação Acadêmica: _____

Paróquia: _____ () Católica () Luterana

O ARQUIVO

Data e Fundação da Paróquia.

Qual o tipo de documentação o arquivo possui?

Quais são as datas-limite?

Há documentação sigilosa/ostensiva?

Os documentos são disponibilizados ao público?

Qual estado de conservação destes documentos?

ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Quais são as formas de atendimento?

O arquivo possui instrumentos de pesquisa? Quais são os tipos de instrumentos de pesquisa?

Os instrumentos são suficientes/adequados a pesquisa?

O usuário recebe auxílio para a pesquisa?

Faz-se cadastro dos usuários? Quais são os dados? Para que servem?

Quais informações são as mais solicitadas?

O usuário encontra a informação necessária?

ACESSO AO ACERVO

Há divulgação do acervo?

Quem tem acesso à documentação?

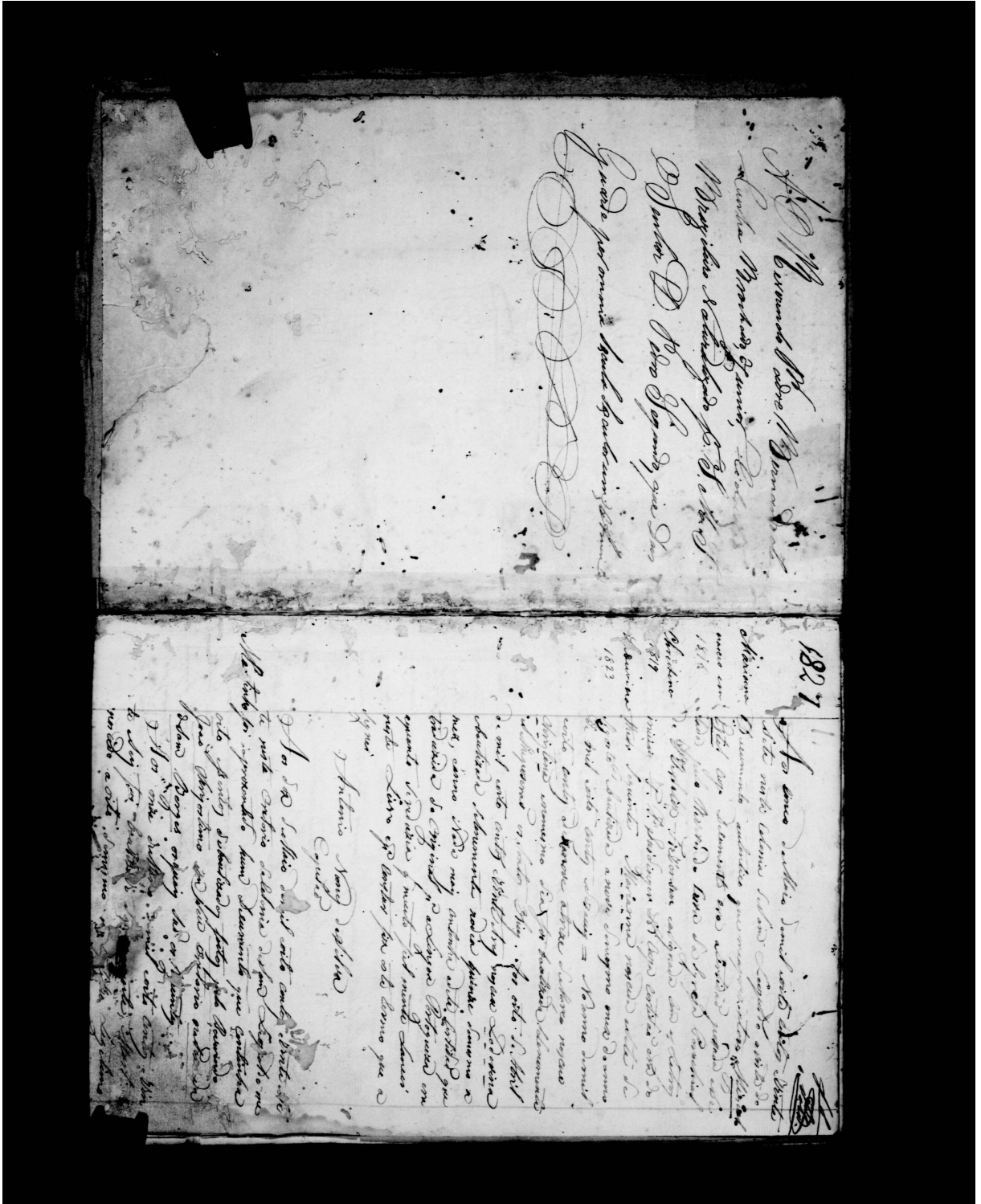
Quais são os requisitos para acessar esta documentação?

Existe política de acesso?

Quem emitiu esta política?

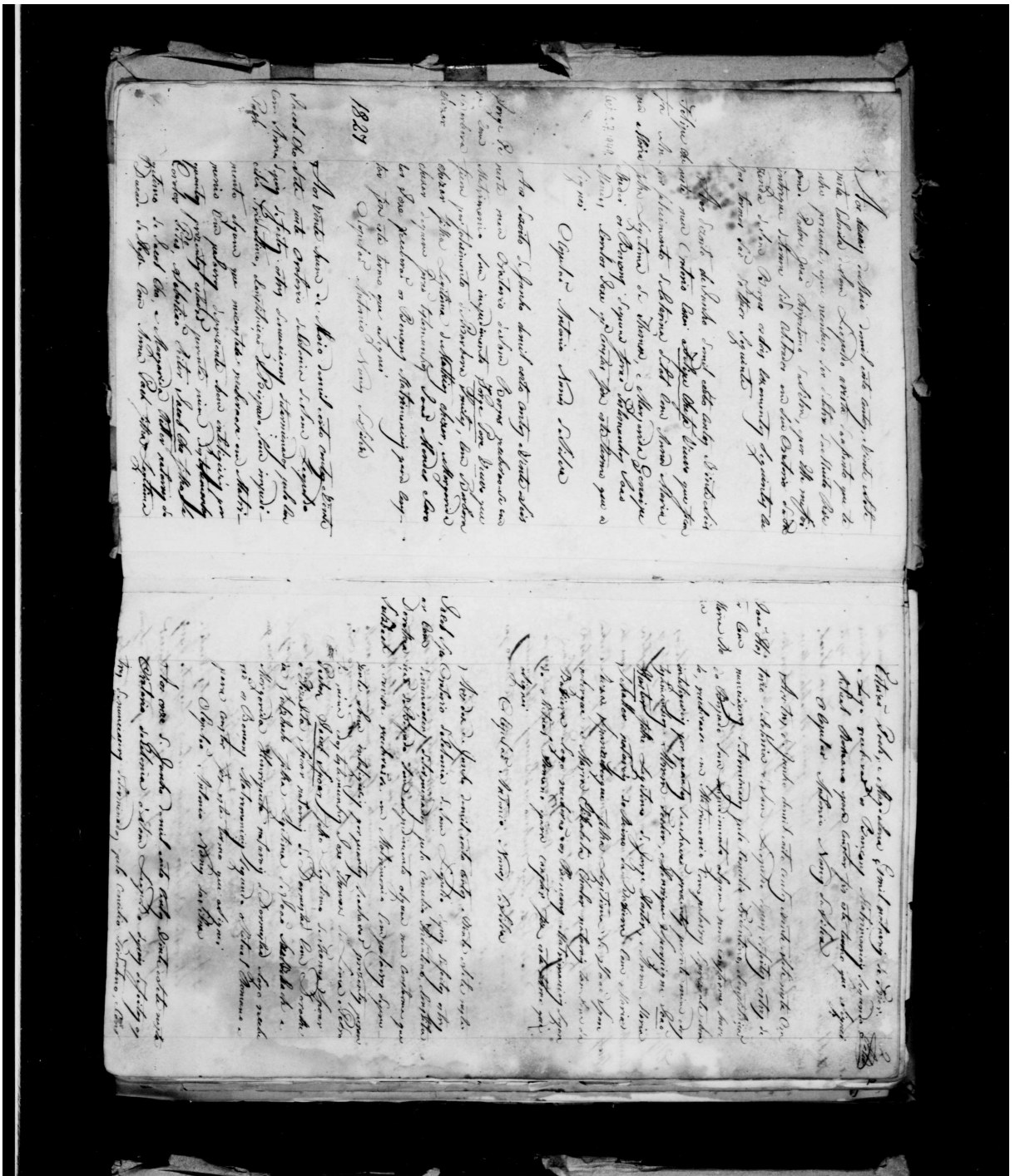
ANEXOS

ANEXO A



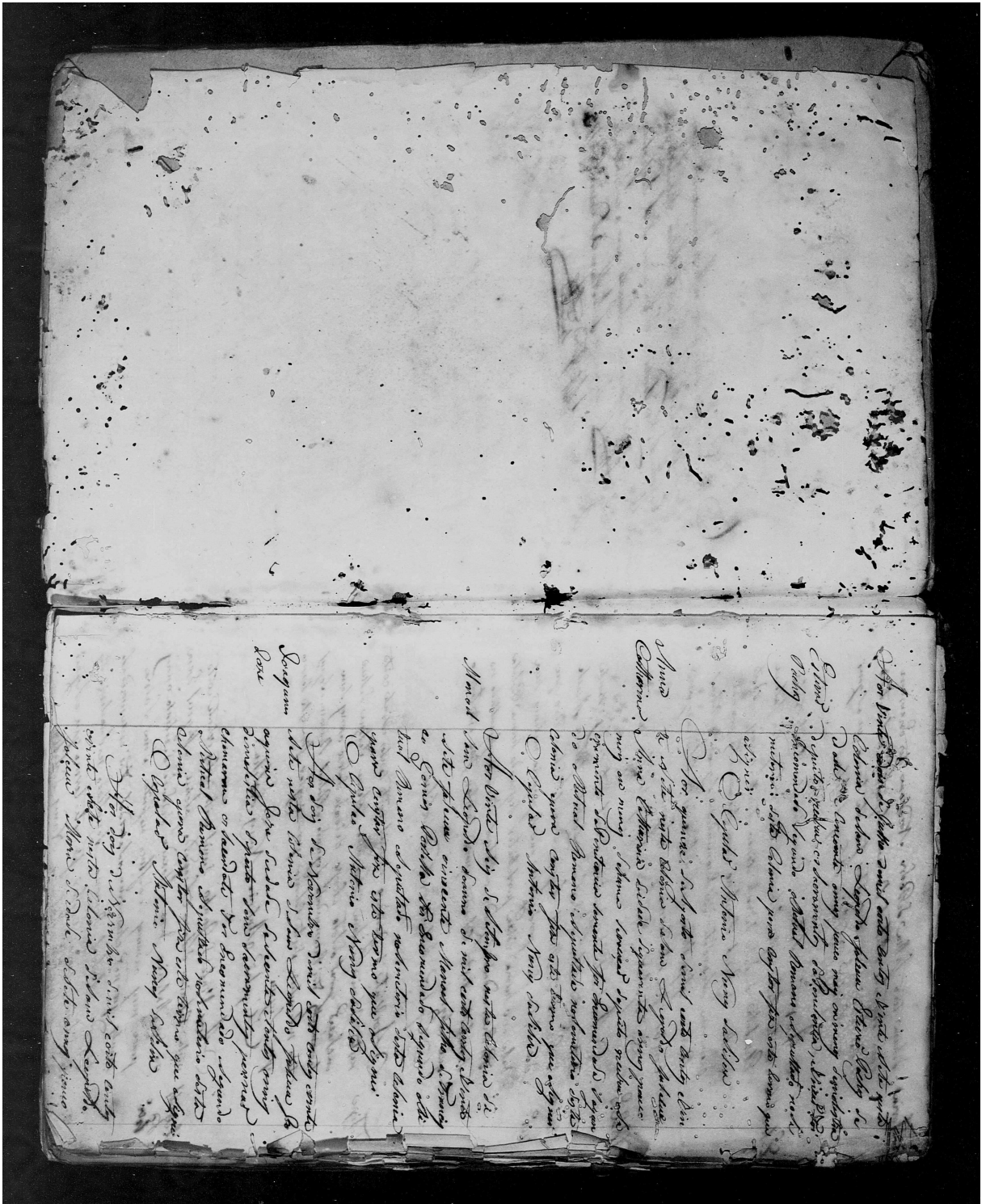
Fonte: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14864-21228-24?cc=1719212&wc=MMLV-HSN:879133462#uri=https%3A%2F%2Fapi.familysearch.org%2Frecords%2Fwaypoint%2FMMLV-HSN%3A879133462%3Fcc%3D1719212&1&leaf=true>

ANEXO B



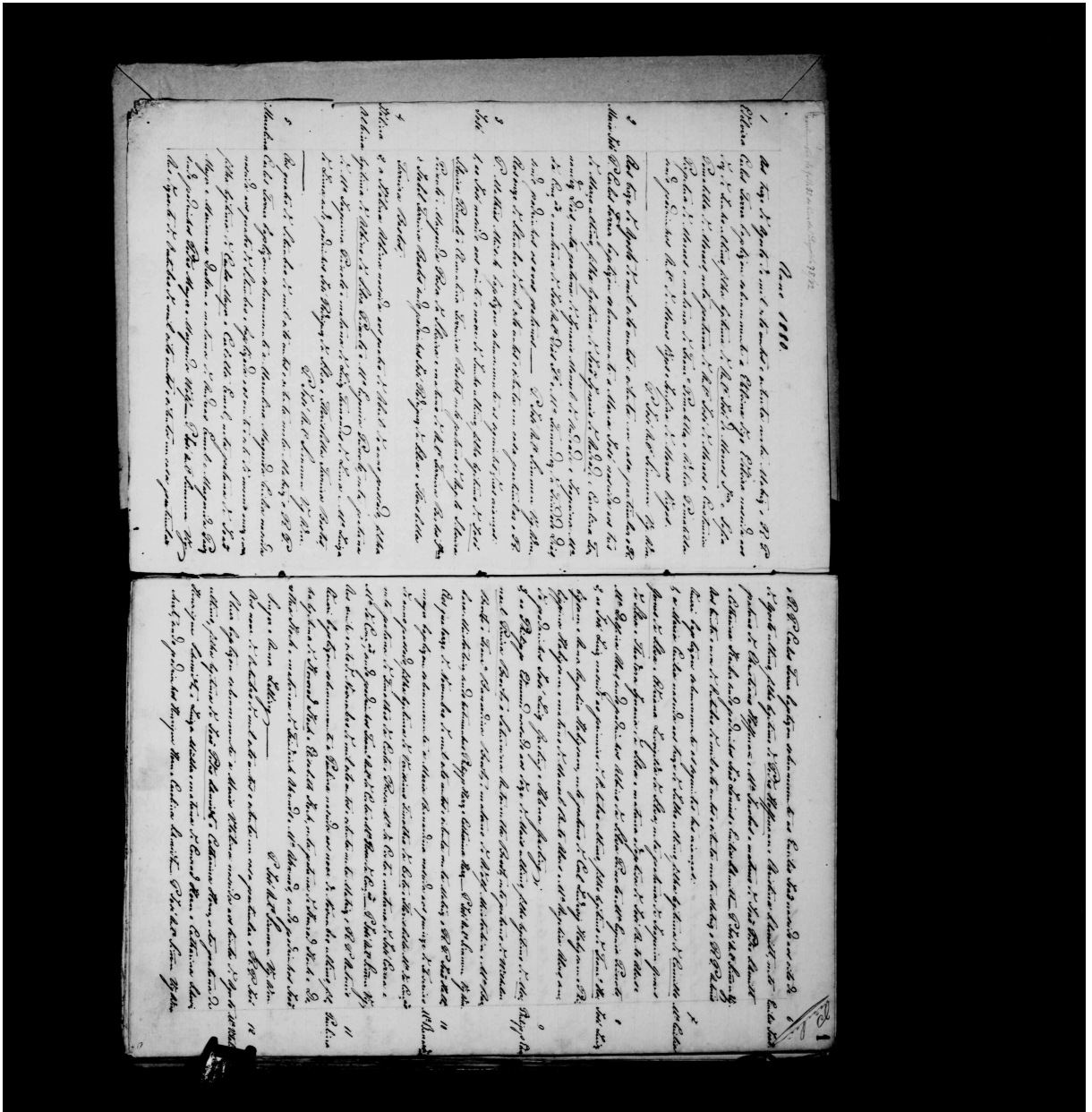
Fonte: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14864-21228-24?cc=1719212&wc=MMLV-HSN:879133462#uri=https%3A%2F%2Fapi.familysearch.org%2Frecords%2Fwaypoint%2FMMLV-H3S%3A843653245%3Fcc%3D1719212&1&leaf=true>

ANEXO C



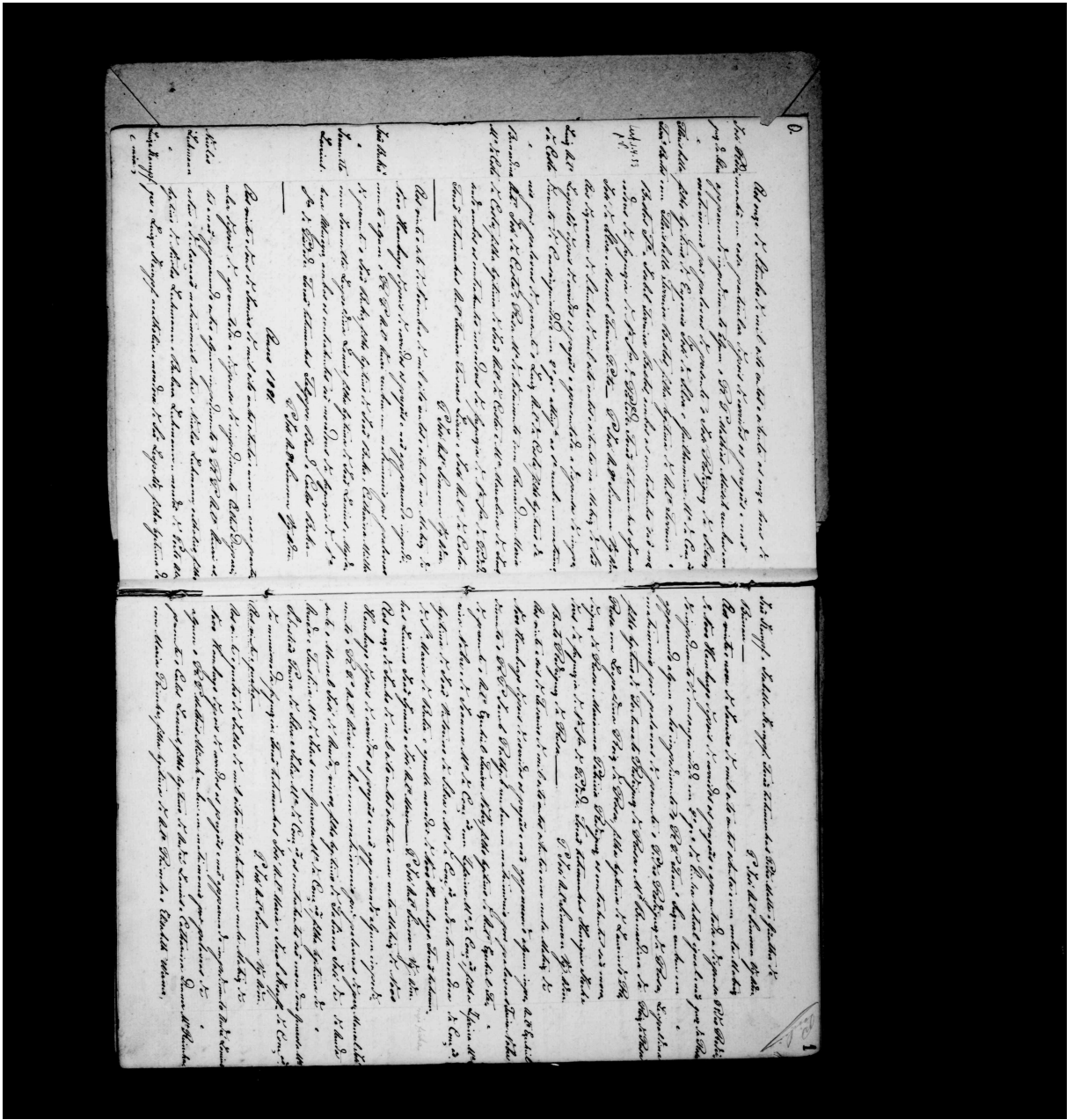
Fonte: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14864-21228-24?cc=1719212&wc=MMLV-HSN:879133462#uri=https%3A%2F%2Fapi.familysearch.org%2Frecords%2Fwaypoint%2FMMLV-H34%3A1135939987%3Fcc%3D1719212&1&leaf=true>

ANEXO D



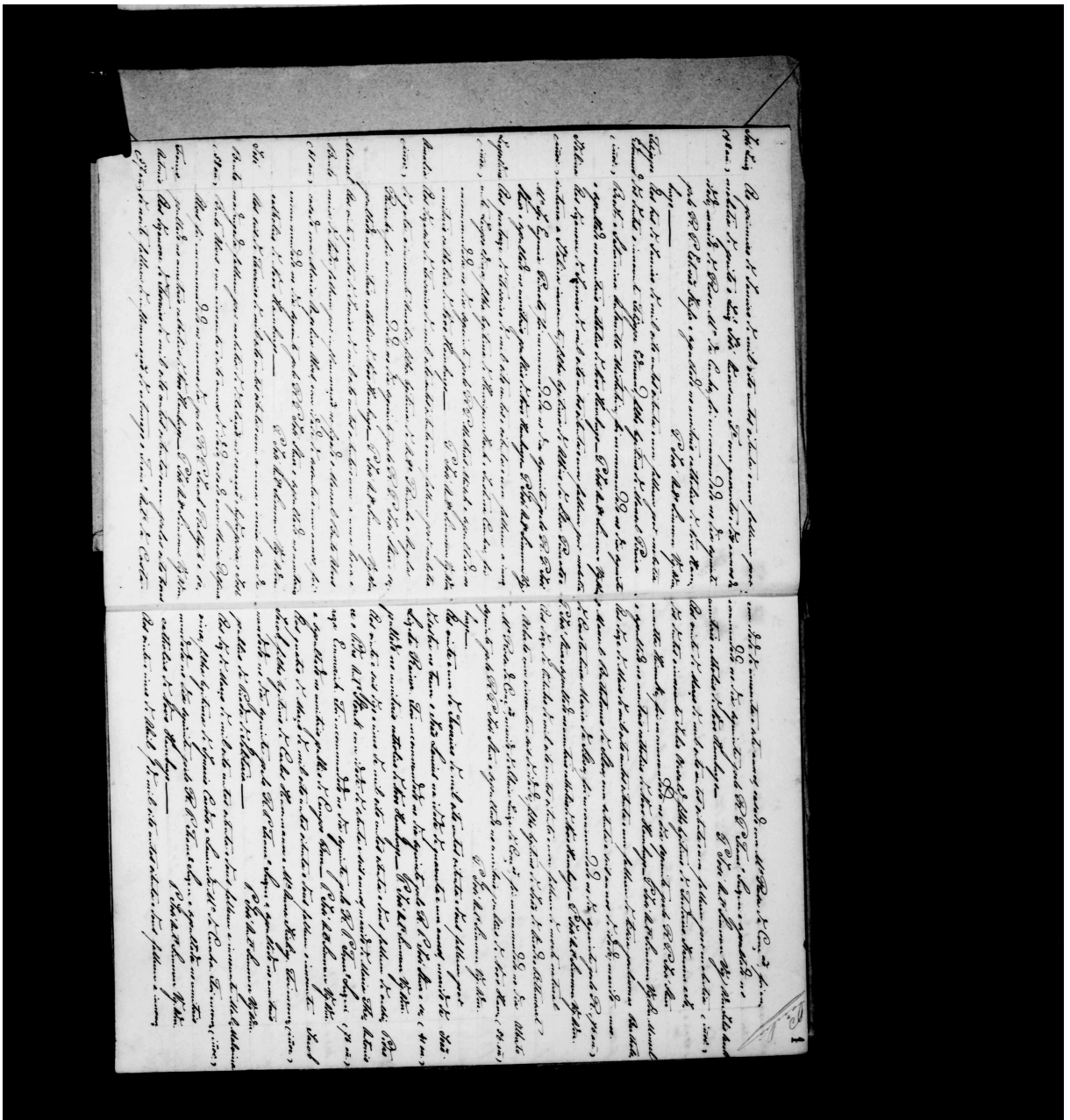
Fonte: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14864-25196-33?cc=1719212&wc=MMLV-7LC:n951707374#uri=https%3A%2F%2Fapi.familysearch.org%2Frecords%2Fwaypoint%2FMMLV-7LC%3An951707374%3Fcc%3D1719212&1&leaf=true>

ANEXO E



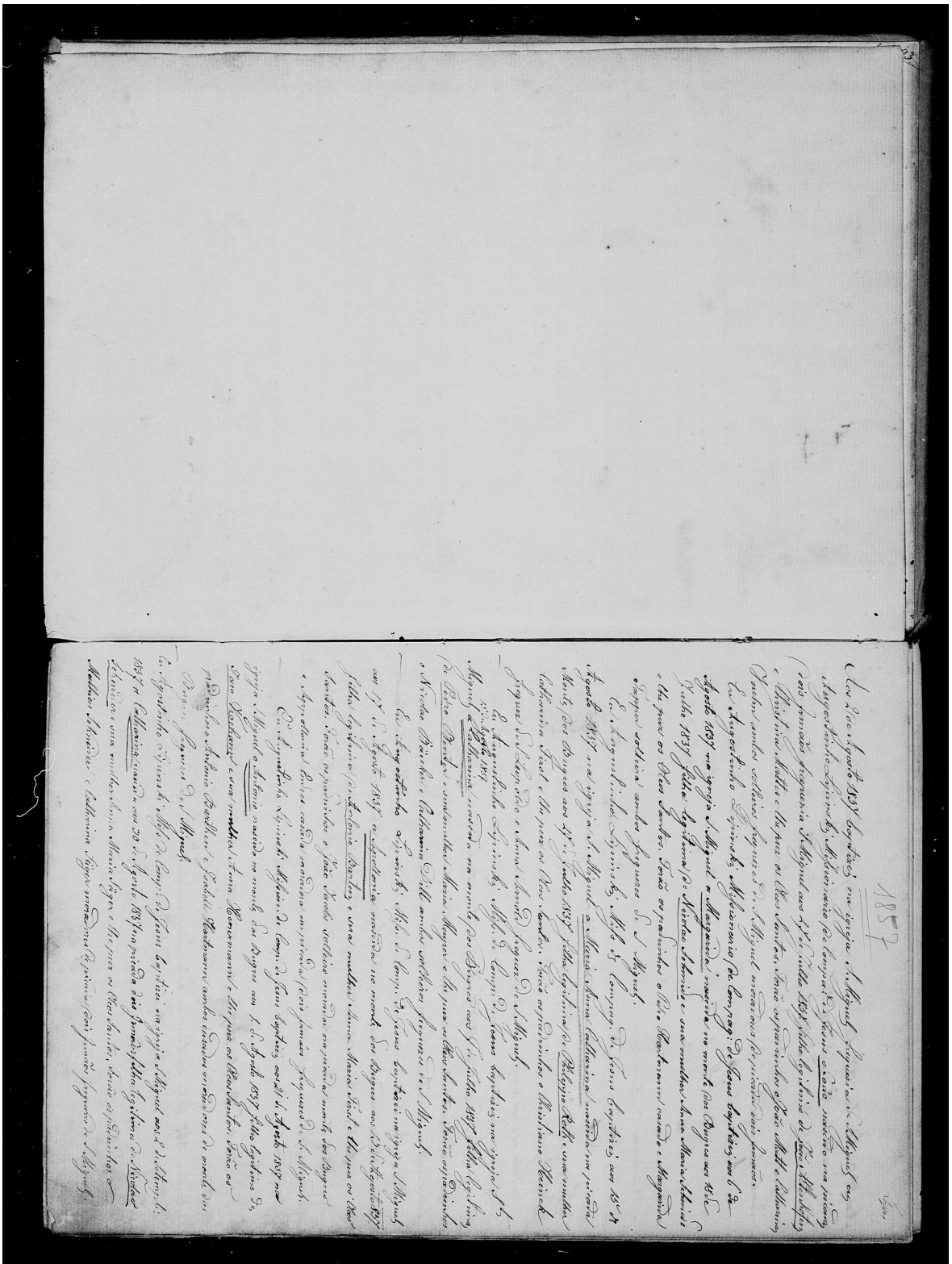
Fonte: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14864-25196-33?cc=1719212&wc=MMLV-7LC:n951707374#uri=https%3A%2F%2Fapi.familysearch.org%2Frecords%2Fwaypoint%2FMMLV-7L8%3An215333698%3Fcc%3D1719212&1&leaf=true>

ANEXO F



Fonte: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14864-27251-35?cc=1719212&wc=MMLV-7LD:1852479539#uri=https%3A%2F%2Fapi.familysearch.org%2Frecords%2Fwaypoint%2FMMLV-7LD%3A1852479539%3Fcc%3D1719212&1&leaf=true>

ANEXO G



Fonte: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14559-23900-41?cc=1719212&wc=MLLV-QPZ:687898890#uri=https%3A%2F%2Fapi.familysearch.org%2Frecords%2Fwaypoint%2FMMLV-QPZ%3A687898890%3Fcc%3D1719212&1&leaf=true>

ANEXO J

Batismos**FRIEDERICH GERMANICUS BENDIXEN**

1

pai: DANIEL NICOLAUS BENDIXEN, de Coldenbüttel, junto a Friedrichsstadt, em Holstein, alfaiate, ultimamente residente em Hamburgo no Avonträgergang; agora a bordo do navio Germania, no Mar do Norte, a 54° 13' de Latitude e 5° 16' de Longitude de Greenwich ;

mãe: MARIA ROSINA, nasc. KAYSER, de Zelle, junto a Wiesenthal, em Baden;

padrinhos: Sr. Capitão Hans Voss; 2. Sr. C. Ferdinand von Kiesewelter; 3. Sr. Dr. Méd. Johann Daniel Hillebrand; 4. Friedrich Heinrici; 5. Tenente Franz Helmholz; 6. Anna Dorothea Frölich;

filho: FRIEDERICH GERMANICUS, nasc. a 18 de maio, às 10 1/2 horas da manhã, junto a Glückstadt, sobre o Elba; bat. em 01 de junho.

J.G.Ehlers, P.

PAULINA DOROTHEA GERMANIA JERICKE

2

pai: JOHANN.FRIEDERICH JERICKE, de Quesitz, junto a Leipzig, carpinteiro;

mãe: MARIA ELISABETH, nasc. DOEDE, de Hamburg, na paróquia de Michaelis;

padrinhos: Sr. Capitão Hans Voss; 2. Franz Helmholtz; 3. Johann Jacob Assmus; 4. Anna Dorothea Frölich; 5. Maria Margaretha Elisabeth Herzog;

filha: PAULINA DOROTHEA GERMANIA, nasc. a 29 de junho, a 10° 33' de Latitude e 22° 24' de Longitude; bat. em 25 de julho, a 5° 8' de Latitude e 17° 45' de Longitude.

J.G.Ehlers, P.

ANEXO K

Livro 1 - Casamentos (1824-1844)

1.

1824

Casamentos**Johann Friedrich Jericke e Johanna Elisabeth Töde**

1.

Noivo: Johann Friedrich Jericke, de Quetz, junto a Leipzig, 27 anos, marceneiro, evangélico. Filho legítimo de Johann Gottfried Jericke, e de Catharina Dorothea, nasc. Hirsch.

Noiva: Johanna Elisabeth Töde, de Hamburg, Comunidade de Michaelis, 27 anos, evangélica. Filha legítima de Johann Joachim Töde e Anna Margaretha, nasc. Niden.

Testemunhas: Hans Voss, Franz Helmholz, Wilhelm Weynmann. Casados no Navio Germania, no Mar do Norte, a 2 de junho de 1824.

Johann Martin Diederich Buckendahl e Anna Christina Maria, nasc. Bastian

2.

Noivo: Johann Martin Diederich Buckendahl, de Hamburg, Comunidade de Michaelis, 25 anos, soldado, evangélico. Filho legítimo de Diederich Buckendahl e Dorothea, nasc. Bay.

Noiva: Anna Christina Maria, nasc. Bastian, de Pretz, em Holstein, 32 anos, evangélica. Filha legítima de Heinrich Bastian e Anna Catharina, nasc. Hammann.

Testemunhas: Hans Voss, Franz Helmholz, Ferdinand v. Kiesewetter. Casados a 2 de junho, a bordo do Germania, no Mar do Norte.

Fonte: Primeiro Livro de Casamento Evangélico em São Leopoldo

ANEXO L

1824

Óbitos

PAULINE DOROTHEA GERMANIA JERCKE

1

- Faleceu PAULINE DOROTHEA GERMANIA JERCKE, filha de Johann Friederich Jercke e Maria Elisabeth Doede, nascida em 29 de junho de 1824, evangélica, falecida a 4 de agosto de 1824, às 5 horas da manhã, e foi sepultada na água, em 4 de agosto de 1824, às 2 horas da tarde, à 10° 33' de Latitude e 22° 27' de Longitude.

Pastor Ehlers

JOHANN SPRINGER

2

- Faleceu JOHANN SPRINGER, de Salmin, na França, sapateiro, ultimamente residente em Hamburg, católico, filho de Leonhard Springer. Faleceu a 29 de agosto de 1824 e foi sepultado no mar, a 4° 20' de Latitude e 18° 45' de Longitude.

Pastor Ehlers

JOHANNA HENRIETTE WEINMANN

3

- Faleceu JOHANNA HENRIETTE WEINMANN, filha de Johann Wilhelm Weinmann e Maria Christina, nasc. Meier, nasc. em 4 de setembro, evangélica. Faleceu na Armação, a 18 de setembro de 1824 e foi sepultada na Praya Grande em 5 de setembro de 1824.

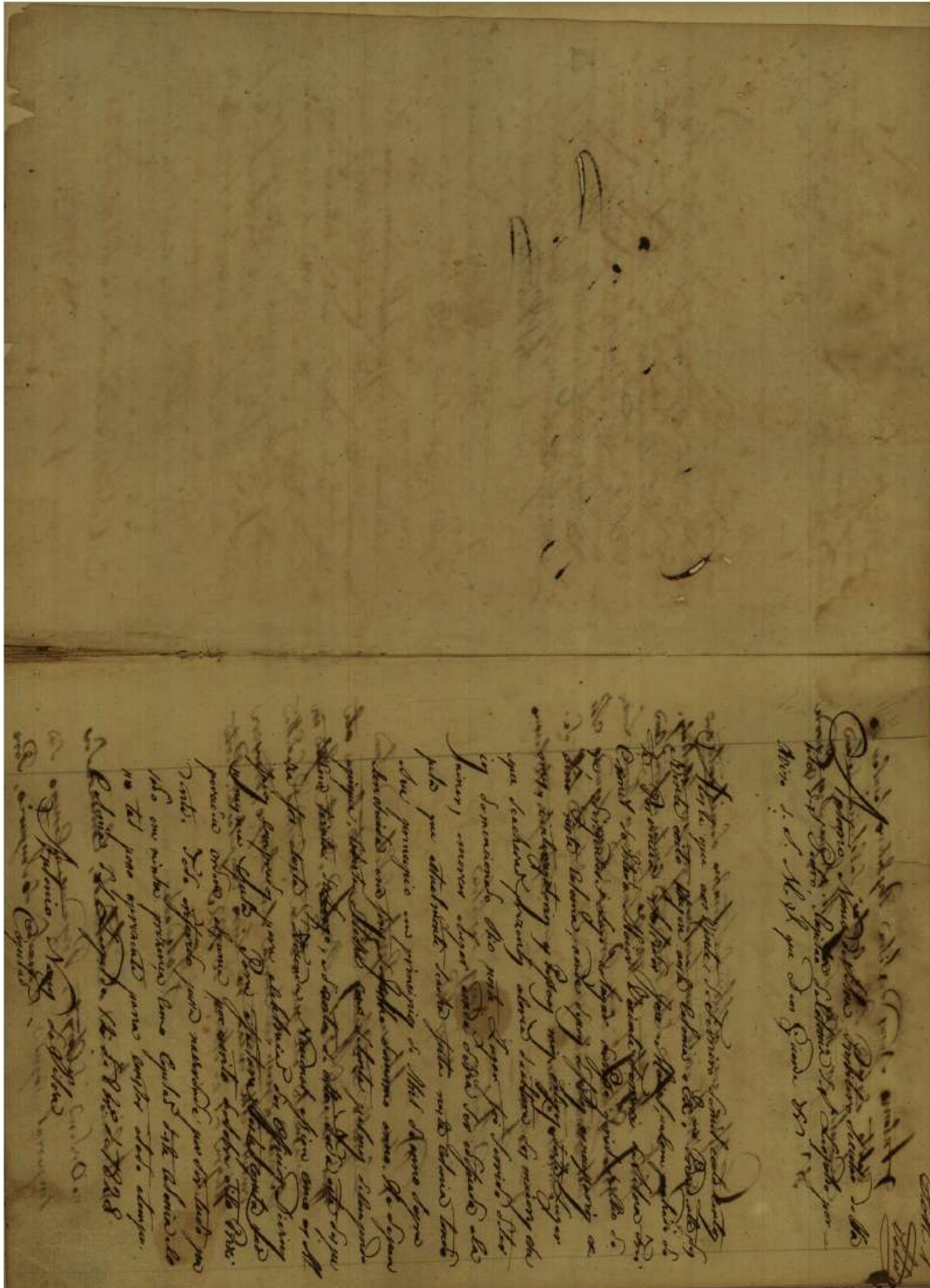
Pastor Ehlers

JOZÉ THOMAZ FLORENTIN HERZOG

4

- Faleceu JOZÉ THOMAZ FLORENTIN HERZOG, de S. Leopoldo, filho de Heinrich Theophilus e Maria Margaretha, nasc. ... (nada consta), nascido em 27 de novembro de 1824 e falecido a 9 de dezembro, às 4 horas da manhã. Sepultado no Cemitério Católico de S. Leopoldo em 9 de dezembro, às 4 horas da tarde.

ANEXO M



Fonte: Livro Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo.